



**MINISTÉRIO DA CIDADANIA**  
**Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS**

**303ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de  
Assistência Social – CNAS**

**Ata da ordem dos dias 09 e 10 de fevereiro de 2022**

**(Realizada de forma híbrida)**

**MINISTÉRIO DA CIDADANIA**  
**Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS**

**Ata da 303ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS**

**Local:** Ambiente Virtual CNAS e Esplanada dos Ministérios - Bloco “F” Anexo, ala “A”, 1º andar, sala 108 - Brasília/DF.

**Data:** 09 e 10/02/2022

1           Aos nove e dez dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, de forma híbrida,  
2           realizou-se a 303ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS,  
3           sob a Coordenação da Conselheira Titular Aldenora Gomes González, Vice-Presidente do  
4           CNAS e Representante do Instituto EcoVida. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros  
5           (as) Titulares e Suplentes: Conselheiro Suplente Marcos Maia Antunes, Representante do  
6           Ministério da Cidadania; Conselheiro Titular André Rodrigues Veras, Representante do  
7           Ministério da Cidadania; Conselheira Suplente Natália Cerqueira de Sousa, Representante  
8           do Ministério da Cidadania; Conselheiro Titular José Miguel da Costa Júnior, Representante  
9           do Ministério da Cidadania; Conselheira Titular Daniella Cristina Jinkings Santana,  
10          Representante do Ministério da Cidadania; Conselheiro Suplente Becchara Rodrigues de  
11          Miranda, Representante do Ministério da Cidadania; Conselheira Titular Célia Maria de  
12          Souza Melo Lima, Representante do Fórum Nacional de Secretários (as) de Estado da  
13          Assistência Social – FONSEAS; Conselheira Titular Ieda Maria Nobre Castro,  
14          Representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social –  
15          CONGEMAS; Conselheira Suplente Magali Pereira Costato Basile, Representante do  
16          Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS;  
17          Conselheira Titular Aldenora Gomes González, Vice-Presidente do CNAS e Representante  
18          do Instituto EcoVida; Conselheiro Titular Clóvis Alberto Pereira, Representante da  
19          Organização Nacional de Cegos do Brasil – ONCB; Conselheiro Titular Aguinaldo Umberto  
20          Leal, Representante do Fórum Regional de Usuários do Sistema Único da Assistência Social  
21          da Amazônia Oriental - FORUSUAS/AOR; Conselheira Suplente Telma Maria Viga de  
22          Albuquerque, Representante da ABRA - Associação Brasileira de Autismo; Conselheira  
23          Titular Maria Aparecida do Amaral de Faria, Representante da Central Única dos  
24          Trabalhadores – CUT; Conselheira Titular Irene Rodrigues da Silva, Representante da  
25          Confederação dos (as) Trabalhadores (as) no Serviço Público Municipal - CONFETAM-  
26          CUT; Conselheira Suplente Larissa de Melo Farias, Representante do Conselho Federal de

27 Psicologia – CFP; Conselheira Suplente Vânia Maria Machado, Representante da Federação  
28 Nacional dos Psicólogos – FENAPSI; Conselheiro Suplente Agostinho Soares Belo,  
29 Representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB; Conselheira  
30 Titular Rozangela Borota Teixeira, Representante da Federação Brasileira de Associações  
31 Socioeducacionais de Adolescentes – FEBRAEDA; Conselheiro Titular Carlos Nambu,  
32 Representante da Inspeção São João Bosco – ISJB; Conselheira Suplente Andrea Perotti  
33 Harrop, Representante da Cáritas Brasileira; Conselheira Suplente Marta Volpi,  
34 Representante da Fundação ABRINQ pelos Direitos da Criança e do Adolescente.  
35 **ABERTURA 09/02/2022:** A Vice-Presidente Aldenora Gomes González iniciou a 303ª  
36 Reunião Ordinária do CNAS cumprimentando a todos e informou que presidirá essa reunião  
37 ordinária durante estes dois dias, uma vez que o Presidente Miguel Ângelo Gomes Oliveira  
38 está impossibilitado por motivos de saúde. Em seguida, solicitou que a Secretária Executiva  
39 do CNAS realizasse a verificação do quórum. Verificado o quórum, realizou a leitura da  
40 pauta, que estava composta pelos seguintes itens: Dia 09/02/2021: 9h30 às 10h - Aprovação  
41 da ata da 302ª Reunião Ordinária e da pauta da 303ª Reunião Ordinária do CNAS; 10h às  
42 11h - Informes da Presidência/Secretaria Executiva, MC, FONSEAS, CONGEMAS, CIT e  
43 Conselheiros. Informes da SNAS sobre a Covid-19; 11h às 12h30 – Apresentação  
44 sobre Programa Auxílio Brasil. Convidados: SENARC, SECAD e SNAS; 14h às 15h30 –  
45 Relato da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda; 15h às  
46 16h30 – Relato da reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos. Dia  
47 10/02/2022: 9h30 às 10h30 - Relato da Presidência Descentralizada e Ampliada CNAS;  
48 10h30 às 12h - Relato da reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da  
49 Assistência Social; 14h às 15h30 – Relato da Conjunta da Comissão de Normas da  
50 Assistência Social e Comissão de Acompanhamento aos Conselhos; 15h30 às 16h30 -  
51 Relato da reunião da Comissão de Política da Assistência Social; 16h30 às 17h30 - Relato da  
52 reunião Comissão Eleitoral da Sociedade Civil no Conselho Nacional de Assistência Social -  
53 CNAS gestão 2022 a 2024. Informou que a Secretaria Nacional de Assistência Social –  
54 SNAS informou que não há possibilidade de todos os convidados estarem presentes no  
55 período da manhã para apresentação sobre Programa Auxílio Brasil, sendo que estão  
56 sugerindo realizar alterações na pauta para possibilitar essa apresentação no período da  
57 tarde. Observou que não foi realizada a reunião da Comissão de Acompanhamento de

58 Benefícios e Transferência de Renda, podendo retirar o seu relato da pauta. Realizadas as  
59 adequações necessárias na pauta da 303ª Reunião Ordinária do CNAS, a Vice-Presidente  
60 Aldenora Gomes González colocou-a em processo de votação, sendo aprovada pela  
61 unanimidade dos conselheiros presentes. Prosseguindo aos informes da  
62 Presidência/Secretaria Executiva, a Sra. Maria das Mercês Avelino de Carvalho, Secretária-  
63 Executiva do CNAS, solicitou que a Sra. Sara Sebben, Secretária Executiva do CNAS,  
64 realizasse a leitura dos informes, visto que está com problemas em sua voz. A Sra. Sara  
65 Sebben iniciou os informes, relatando o Item 1. Ausências Justificadas: A Conselheira  
66 Cassia Fernandes, nesta Reunião Ordinária, por motivo de férias; a Conselheira Andrea  
67 Perotti, no dia 7 de fevereiro, em razão de outros compromissos institucionais; a Conselheira  
68 Edna Alegro, nesta Reunião Ordinária, por compromissos institucionais; a Conselheira  
69 Silvia Santos, nesta Reunião Ordinária, devido a problemas de saúde; e o Presidente do  
70 CNAS, Miguel Oliveira, devido a problemas de saúde. Item 2.  
71 Convocação/Participação: Os/as conselheiros/as da Comissão Organizadora da 12ª  
72 Conferência Nacional de Assistência Social foram convocados para reunião no dia 19 de  
73 novembro de 2021, das 14h às 18h de forma virtual; os/as Conselheiros/as integrantes da  
74 Comissão de Normas da Assistência Social e da Comissão de Acompanhamento aos  
75 Conselhos da Assistência Social foram convocadas/os para participar da Reunião  
76 Conjunta no dia 13 e 14 de dezembro de 2021, das 9h30 às 18h de forma presencial; os/as  
77 Conselheiros/as Titulares e Suplentes foram convocados para a 12ª Conferência Nacional de  
78 Assistência Social realizada do dia 15 a 18 de dezembro de 2021, das 9h às 18h em  
79 Brasília/DF, de forma presencial; o Conselheiro Aginaldo Humberto Leal foi  
80 convocado para acompanhar a 12ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Tripartite  
81 do SUAS, no dia 02 de fevereiro de 2022, com início 09h30, de forma virtual; os/as  
82 conselheiros/as titulares do segmento dos Usuários e os membros da Presidência Ampliada  
83 foram convocados para 303ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência  
84 Social a ser realizada no período de 7 a 10 de fevereiro de 2022, das 9h30 às 18h, de forma  
85 presencial; os/as Conselheiros/as membros da Comissão Eleitoral da Sociedade Civil no  
86 CNAS gestão 2022/2024 foram convocados para a Reunião da Comissão Eleitoral da  
87 Sociedade Civil no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS gestão 2022 a 2024 a  
88 ser realizada no dia 7 de fevereiro das 9h30 às 18h, de forma presencial; os/as

89 Conselheiros/as representantes do segmento dos Usuários, titulares, da Presidência  
90 Ampliada, da Comissão de Normas e de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência  
91 Social foram convocados/as para reunião extraordinária plenária nos dias 22,23 e 24 de  
92 março, para tratar sobre as alterações da Resolução CNAS nº 237; os/as conselheiros/as  
93 Cássia Fernandes, Célia Maria de Melo Lima, Danyel Iório de Lima, Ieda Castro e Marta  
94 Volpi foram convocados para representar o CNAS nas *Lives* - Avaliação do Plano Nacional  
95 de Convivência Familiar e Comunitária, como debatedores, nos dias 26 a 28 de janeiro, 2 e 3  
96 de fevereiro e no dia 17 de março. Item 3. *E-mails* enviados aos Conselheiros do  
97 CNAS: *Link* de acesso a 302ª RO; Ata e Degraação da 302ª Reunião Ordinária, que  
98 aconteceu nos dias 10 e 11 de novembro de 2021. Item 4. Resoluções, Decretos, Leis e  
99 Portarias publicadas no DOU: Decreto nº 10.879, de 1º de dezembro de 2021, altera o  
100 Decreto nº 10.255, de 27 de fevereiro de 2020, que convoca a Quinta Conferência Nacional  
101 dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Portaria MC nº 248, de 1º de dezembro de 2021,  
102 designa membros para compor a Comissão Intergestores Tripartite do Sistema Único de  
103 Assistência Social; Resolução CNAS/MC nº 50, de 23 de novembro de 2021, aprova o  
104 Calendário de Reuniões do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, para o  
105 exercício de 2022; Portaria Conjunta MC-CNAS nº 16, de 2 dezembro de 2021, dispõe sobre  
106 alteração da data da realização da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social; Decreto  
107 nº 10.882, de 3 de dezembro de 2021, regulamenta o Tratado de Marraqueche para Facilitar  
108 o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras  
109 Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso; Portaria nº 117, de 2 de dezembro de  
110 2021, dispõe sobre os procedimentos operacionais do Programa Alimenta Brasil, na  
111 Modalidade Compra com Doação Simultânea realizado por meio de Termo de Adesão;  
112 Resolução nº 51, de 6 de dezembro de 2021, institui a Comissão de Acompanhamento aos  
113 Conselhos; Resolução nº 52, de 6 de dezembro de 2021, institui a Comissão de  
114 Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda; Resolução nº 53, de 6 de  
115 dezembro de 2021, institui a Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência  
116 Social, para tratar de assuntos relativos ao Financiamento e Orçamento da Política de  
117 Assistência Social; Resolução nº 54, de 6 de dezembro de 2021, institui a Comissão de  
118 Normas da Assistência Social para Assuntos Normativos da Política de Assistência Social;  
119 Resolução nº 55, de 6 de dezembro de 2021, institui a Comissão de Política da Assistência

120 Social; Resolução nº 56, de 6 de dezembro de 2021, institui a Presidência Descentralizada e  
121 Ampliada para subsidiar o Conselho Nacional de Assistência Social; Resolução nº 57, de 6  
122 de dezembro de 2021, institui a Comissão de Acompanhamento de Benefícios e  
123 Transferência de Renda e estabelece normas e procedimentos para a seleção das famílias e  
124 para a concessão e pagamento da parcela única da Bolsa de Iniciação Científica Júnior  
125 prevista no artigo 5º, § 1º, II, da Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021;  
126 Medida Provisória nº 1.076, de 7 de dezembro de 2021, institui o Benefício Extraordinário  
127 destinado às famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil, de que trata a Medida  
128 Provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021; Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro  
129 de 2021, dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos  
130 referentes à imunidade de contribuições à seguridade social de que trata o § 7º do art. 195 da  
131 Constituição Federal; altera as Leis nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário  
132 Nacional), e nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997; revoga a Lei nº 12.101, de 27 de  
133 novembro de 2009, e dispositivos das Leis nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e nº 12.249,  
134 de 11 de junho de 2010; e dá outras providências; Portaria Conjunta MC/MTP/INSS nº 18,  
135 de 27 de dezembro de 2021, dispõe sobre a prorrogação da aplicação das medidas  
136 excepcionais previstas na Lei nº 14.176, 22 de junho de 2021, acerca de procedimentos  
137 aplicados à concessão, manutenção e revisão do Benefício de Prestação Continuada (BPC);  
138 Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa  
139 Alimenta Brasil; define metas para taxas de pobreza; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro  
140 de 1993; revoga a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dispositivos das Leis nº 10.696,  
141 de 2 de julho de 2003, nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e nº 12.722, de 3 de outubro de  
142 2012; e dá outras providências; Decreto nº 10.917, de 29 de dezembro de 2021, dispõe sobre  
143 o Comitê Federal de Assistência Emergencial; Decreto nº 10.919, de 29 de dezembro de  
144 2021, prorroga a concessão do Benefício Extraordinário destinado às famílias beneficiárias  
145 do Programa Auxílio Brasil; Portaria MC nº 731, de 29 de dezembro de 2021, dispõe sobre  
146 os procedimentos de que trata a Lei nº 14.171, de 10 de junho de 2021, afetos ao auxílio  
147 emergencial instituído pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020; Portaria MC nº 733, de 29  
148 de dezembro de 2021, institui a Estrutura de Equipagem do Sistema Único de Assistência  
149 Social – EquipaSUAS; Portaria Nº 5, de 5 de janeiro de 2022, dispõe sobre as condições  
150 previstas na Portaria MC nº 735, de 31 de dezembro de 2021; Decreto nº 10.931, de 10 de

151 janeiro de 2022, institui o Comitê Gestor dos Planos de Enfrentamento da Covid-19 para os  
152 Povos Indígenas; Resolução CNAS/MC nº 58, de 10 de janeiro de 2022, compõe a  
153 Comissão Eleitoral para a representação da sociedade civil no Conselho Nacional de  
154 Assistência Social - CNAS, gestão 2022-2024; Pauta da 303ª Reunião Ordinária do CNAS;  
155 Portaria MC Nº 742, de 27 de JANEIRO de 2022, Prorroga o prazo estabelecido no artigo 5º  
156 da Portaria MC nº 590, de 13 de janeiro de 2021, que dispõe acerca de medidas para o  
157 enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, em decorrência  
158 da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19), no âmbito do Programa Criança  
159 Feliz/Primeira Infância no SUAS. Item 6. CNAS Informa e *blog*: Conheça os assuntos que  
160 serão debatidos na primeira reunião do Conselho Nacional – 26 de janeiro; Iniciado processo  
161 para Eleição dos Conselheiros da Sociedade Civil para compor o CNAS – 6 de janeiro;  
162 Alterações do BPC e percentual da receita da União destinado ao SUAS estão entre as  
163 deliberações – 21 de dezembro (fonte: DICOM/MC); Certificado da 12ª Conferência  
164 Nacional de Assistência Social está disponível – 20 de dezembro; Programação da 12ª  
165 Conferência Nacional para o dia 17 de dezembro – 17 de dezembro; 12ª Conferência  
166 Nacional de Assistência iniciou nesta quarta-feira, 15 de dezembro – 16 de dezembro;  
167 Número de suporte da plataforma E-LOAS temporariamente fora do ar – 16 de dezembro;  
168 Aberto *links* para propostas de emendas e inclusão de moções – 15 de dezembro; *Link* de  
169 transmissão da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social – 15 de dezembro; Caderno  
170 de deliberações da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social está disponível – 14 de  
171 dezembro; Atenção votação do regimento interno será na quarta-feira primeiro dia da  
172 Conferência - 14 de dezembro; Informações aos delegados sobre acessibilidade – 14 de  
173 dezembro; Delegados devem votar Regimento Interno nesta terça-feira – 13 de dezembro;  
174 Aberto credenciamento para a 12ª Conferência Nacional de Assistência Social – 12 de  
175 dezembro; Credenciamento da Conferência Nacional inicia no dia 12 de dezembro – 10 de  
176 dezembro; Inscrições para observadores da 12ª Conferência Nacional serão abertas no dia 06  
177 de dezembro – 3 de dezembro; 28 anos da LOAS e Orientações para 12ª Conferência  
178 Nacional são os temas da *live* do CNAS – 2 de dezembro; Nota Pública em Defesa da  
179 Vinculação de Recursos para a Assistência Social é divulgada pelo Conselho – 1 de  
180 dezembro; Regimento Interno da 12ª Conferência Nacional ficará disponível para apreciação  
181 dos delegados – 22 de novembro; 12ª Conferência Nacional de Assistência Social será

182 realizada nos dias 15 a 18 de dezembro de 2021 – 16 de novembro. Item 7. Aniversariantes  
183 do mês de fevereiro: Conselheira Aline Araújo – 10/02. A Sra. Maria das Mercês Avelino  
184 de Carvalho justificou que todas as informações dos meses de novembro e dezembro de  
185 2021 foram resgatas para que tenham todas as informações registradas em ata. Passando aos  
186 informes do Ministério da Cidadania - MC, o Conselheiro Marcos Maia Antunes,  
187 Representante do Ministério da Cidadania, informou sobre a realização da Consulta Pública  
188 do Caderno de Acompanhamento das Organizações da Sociedade Civil - OSCs no SUAS,  
189 explanando que o Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS –  
190 DRSP/SNAS abriu uma consulta pública sobre o Caderno de Acompanhamento das OSCs  
191 no SUAS. O documento apresenta subsídios, conceitos, categorias e procedimentos para  
192 órgãos gestores municipais, do DF e estaduais, conselhos e OSCs, no sentido de orientá-los  
193 a respeito da importância da relação público-privado no SUAS e de propor um passo a passo  
194 do acompanhamento das organizações, a fim de possibilitar a qualificação e o fortalecimento  
195 da rede socioassistencial nos territórios. Afirmou que contam com participação e divulgação  
196 dos membros do CNAS, sendo que o material e o formulário eletrônico estão disponíveis no  
197 *Blog* da Rede SUAS e as contribuições poderão ser enviadas até o dia 14 de março de 2022.  
198 Explanou que a SNAS também está com Consulta Pública aberta sobre os manuais das  
199 medidas de Liberdade Assistida - LA e de Prestação de Serviços à Comunidade - PSC para  
200 adolescentes que cumprem Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. Esclareceu que os  
201 documentos foram construídos para dar suporte aos profissionais do Sistema Único de  
202 Assistência Social - SUAS e para as famílias dos jovens. Discorreu que a população pode ter  
203 acesso aos guias e opinar na sua construção e as contribuições podem ser feitas até o dia 8 de  
204 março, por meio do *link*: [https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-](https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/cidadaos-podem-contribuir-na-construcao-de-guias-para-adolescentes-que-cumprem-medida-socioeducativa-em-meio-aberto)  
205 [conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/cidadaos-podem-](https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/cidadaos-podem-contribuir-na-construcao-de-guias-para-adolescentes-que-cumprem-medida-socioeducativa-em-meio-aberto)  
206 [contribuir-na-construcao-de-guias-para-adolescentes-que-cumprem-medida-socioeducativa-](https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/cidadaos-podem-contribuir-na-construcao-de-guias-para-adolescentes-que-cumprem-medida-socioeducativa-em-meio-aberto)  
207 [em-meio-aberto](https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/cidadaos-podem-contribuir-na-construcao-de-guias-para-adolescentes-que-cumprem-medida-socioeducativa-em-meio-aberto). Comprometeu-se em também incluir essa consulta no *Blog* da Rede SUAS.  
208 Arrazou que, considerando as chuvas intensas desde o mês de novembro de 2021,  
209 intensificando no mês de dezembro/21, e o alto número de municípios afetados, a SNAS  
210 empreendeu esforços em simplificar os procedimentos para acesso aos recursos do  
211 cofinanciamento federal para atendimento à população desalojada e/ou desabrigada, por  
212 meio do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.



213 Informou que foram recebidos requerimentos de 116 municípios, de oito Estados (BA, MG,  
214 TO, PI, MA, RJ, PA e SP), totalizando R\$ 10.525.000,00. Destacou que foi repassado até o  
215 momento o montante de R\$ 9.047.000,00 para 67 municípios, sendo que os outros 14  
216 processos, totalizando R\$ 1.418.000,00, encontram-se em processo de pagamento. Informou  
217 que, em continuidade às ações de apoios técnicos não presenciais, a SNAS realizou no mês  
218 de janeiro/2022 as ações elencadas abaixo: a) O Departamento de Proteção Social Especial  
219 (DPSE) está realizando Ciclo de *Lives* de Apresentação dos Resultados da Avaliação do  
220 Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária. A Ação teve início no final do ano  
221 passado e foi retomada em janeiro deste ano, ocorreram *lives* nos dias 26 e 28 de janeiro, 02  
222 e 03 de fevereiro. As próximas *lives* ocorrerão nos dias 11 de fevereiro e 17 de março de  
223 2022. Todas as ações estão sendo transmitidas pelo canal Rede SUAS no *YouTube*; b)  
224 Parceiros da Avaliação do Plano Nacional: Movimento Nacional Pró Convivência Familiar e  
225 Comunitária (MNPCFC); IPEA; CNJ (Conselho Nacional de Justiça); CNMP (Conselho  
226 Nacional do Ministério Público); e CONDEGE (Conselho Nacional das Defensoras e  
227 Defensores Públicos-Gerais); ANGAAD (Associação Nacional de Grupos de Apoio à  
228 Adoção). Apoiadores: Aldeias Infantis SOS; Organização Internacional para as Migrações  
229 (OIM); Instituto Fazendo-História. Colaboração: Secretaria Nacional da Família (MMFDH).  
230 Em seguida, a Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima, Representante do Fórum  
231 Nacional de Secretários (as) de Estado da Assistência Social – FONSEAS, realizou os  
232 informes do FONSEAS, destacando o início das suas atividades no mês de janeiro/22 com a  
233 realização de reunião da Câmara Técnica no dia 24, na qual iniciaram um levantamento  
234 sobre o CapacitaSUAS nos 26 Estados e no Distrito Federal. Seguindo aos informes do  
235 CONGEMAS, a Conselheira Magali Pereira Costato Basile, Representante do Colegiado  
236 Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS, informou que o  
237 Colegiado realizou uma parceria com a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal para  
238 divulgação da pesquisa sobre os impactos provocados pela Covid-19 na primeira infância.  
239 Acrescentou que o Presidente do CONGEMAS está participando de reunião, nessa manhã,  
240 para discutir a Lei nº 14.284/2021 e que, no dia 15 de fevereiro, será realizado o Encontro  
241 Regional do Nordeste, que será sediado em Teresina/PI. Informou também que o Colegiado  
242 participou da reunião da CIT-SUAS realizada no dia 2 de fevereiro. Com relação aos  
243 informes da CIT-SUAS, o Conselheiro Aguinaldo Umberto Leal, Representante do Fórum

244 Regional de Usuários do Sistema Único da Assistência Social da Amazônia Oriental -  
245 FORUSUAS/AOR, notificou que a 12ª Reunião da CIT-SUAS aconteceu no dia 2 de  
246 fevereiro, das 9h às 18h, ambiente virtual, na qual discutiu sobre o Programa  
247 CapacitaSUAS, Ofício nº 6.722, saldos em contas e demonstrativo físico-financeiro,  
248 convocação de reuniões e aprovação do seu calendário de 2022. Explanou que inicialmente  
249 foi realizado um informe referente à reprogramação dos recursos extraordinários da  
250 articulação para o programa de vigência da Lei nº 14.029/2020, o qual foi transformado em  
251 ponto de pauta e que também realizaram a discussão da PEC 383/2017 para definição dos  
252 recursos mínimos da Assistência Social. Abrindo para os informes dos conselheiros, o  
253 Conselheiro Clóvis Alberto Pereira, Representante da Organização Nacional de Cegos do  
254 Brasil – ONCB, cumprimentou todos os presentes e destacou a realização do Encontro  
255 Regional feito em Município de Atibaia/SP, no qual foram empossados os conselheiros do  
256 Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência do referido município, reunindo, inclusive,  
257 os secretários de assistência social e lideranças políticas da região. A Conselheira Célia  
258 Maria de Souza Melo Lima registrou o excelente trabalho realizado pela equipe responsável  
259 pela avaliação do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária de Crianças e  
260 Adolescentes e comunicou que representou o CNAS na *live* do dia 26 de janeiro sobre o  
261 tema. Discorreu que, no dia 7 de fevereiro de 2022, o Governador do Estado do Ceará  
262 premiou os 30 CRAS com melhor desempenho de acordo com o Pacto de Aprimoramento  
263 do SUAS feito. Acrescentou que o estado está iniciando o processo de capacitação dos  
264 municípios, inclusive, sobre o prontuário eletrônico do SUAS. A Vice-Presidente Aldenora  
265 Gomes González comunicou que representou o CNAS no lançamento de cooperação técnica  
266 com a Universidade Federal de Santa Catarina em relação ao Programa “Saberes SUAS”  
267 realizado no dia 25 de janeiro. Prosseguindo ao relato da reunião da Conjunta da Comissão  
268 de Normas da Assistência Social e Comissão de Acompanhamento aos Conselhos, realizada  
269 no dia 7 de fevereiro de 2022, a Conselheira Irene Rodrigues da Silva, Representante da  
270 Confederação dos (as) Trabalhadores (as) no Serviço Público Municipal - CONFETAM-  
271 CUT, indicou os conselheiros e membros da Secretaria Executiva do CNAS presentes.  
272 Discorreu que foram debatidos os seguintes item de pauta: Item 1. Finalização da discussão  
273 de mérito das sugestões da Consulta Pública da Resolução CNAS nº 237/2006.  
274 Encaminhamento: a) Os Conselheiros irão elaborar redação no artigo 10 acrescentando um

275 dispositivo que trata de número mínimo para os Estados e DF. Item 2. Definição da Pauta da  
276 próxima reunião, do assunto principal e dos convidados, se houver: 2.1. Finalização da  
277 discussão de mérito das sugestões da Consulta Pública da Resolução CNAS nº 237/2006.  
278 Não havendo destaques, o relato da reunião da Conjunta da Comissão de Normas da  
279 Assistência Social e Comissão de Acompanhamento aos Conselhos foi considerado  
280 aprovado pela unanimidade dos conselheiros presentes. Seguindo para o relato da reunião da  
281 Comissão de Política da Assistência Social, realizada no dia 7 de fevereiro de 2022, a  
282 Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima indicou os conselheiros e membros da  
283 Secretaria Executiva do CNAS presentes. Relatou que foram debatidos os seguintes itens de  
284 pauta: Item 1. Apresentação e validação do Fluxo de Monitoramento do II Plano Decenal.  
285 Encaminhamentos: a) Enviar ofício à SNAS relatando o processo de construção do Plano de  
286 Monitoramento do II Plano Decenal da Assistência Social realizado com a participação do  
287 DGSUAS/SNAS, encaminhando o documento com a proposta de indicadores para o  
288 monitoramento das metas aprovado no Pleno em outubro de 2021 e solicitando que a SNAS  
289 apresente o Relatório de Execução do II Plano Decenal (2017 a 2021), no Pleno do CNAS -  
290 previsão para o mês de junho/2022; b) Após o recebimento e a apresentação pela SNAS do  
291 Relatório de Execução do II Plano Decenal – 2017/2021, a Comissão de Política propõe a  
292 seguinte distribuição das metas entre os subcolegiados do CNAS, de acordo com a temática  
293 afim, visando cumprir a etapa 2 do monitoramento descrita acima: Comissão de Política: 12  
294 metas, sendo que em uma delas há previsão de discussão conjunta com a Comissão de  
295 Normas; Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda: 5 metas;  
296 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos: 2 metas; Comissão de Financiamento e  
297 Orçamento: 3 metas; Comissão de Normas: 5 metas, sendo que em uma delas há previsão de  
298 discussão conjunta com a Comissão de Política; e Presidência Ampliada: 1 meta; c) Dar  
299 ciência à Presidência Ampliada do Cronograma das ações do referido monitoramento, que  
300 envolve previsão da apresentação do Relatório de Execução do II Plano Decenal no Pleno do  
301 CNAS em junho/22, bem como a proposta de distribuição das metas entre os subcolegiados  
302 do CNAS. Item 2. Outros Assuntos: 2.1. Ofício nº 44/2021 do Conselho Municipal de  
303 Assistência Social de Franca/SP, recebido em 5 de agosto de 2021, pelo qual encaminha  
304 Manifestos - Instrumentos de Luta Coletiva; solicita o apoio e adesão e convida o CNAS a  
305 compor a luta em defesa do SUAS. Encaminhamento: a) Levar à consideração da

306 Presidência Ampliada, para apreciação e validação, o parecer favorável da Comissão de  
307 Política de adesão pelo CNAS ao Manifesto por Financiamento Híbrido (SUS e SUAS) para  
308 os Serviços de Acolhimento Institucional para a Pessoa Idosa. Item 3. Definição da pauta e  
309 do assunto principal da reunião da Comissão, dia 8 de março/22: 9h30 às 12h - Apresentação  
310 do Relatório Trimestral do Programa Primeira Infância no SUAS, no que tange aos aspectos  
311 técnicos, administrativos e financeiros, em conformidade com a Resolução CNAS no  
312 19/2016, pautando os avanços e desafios de sua execução, tendo como referência o Art. 2º,  
313 incisos I a VII da Resolução CNAS/MC nº 29, de 11 de março de 2021, que aprova  
314 recomendações de aprimoramento ao Programa Primeira Infância no Sistema Único de  
315 Assistência Social – SUAS. Convidada: SNAPI/MC; 14h às 18h - Reunião conjunta da  
316 Comissão de Política do CNAS, da Comissão de Políticas Públicas do Conanda e da SNAS -  
317 diálogo sobre as possibilidades de definição de indicadores para a meta 19 do II Plano  
318 Decenal da Assistência Social. Convidados: SNAS/MC, Comissão de Políticas Públicas do  
319 Conanda. Principal ponto de pauta: Apresentação do Relatório Trimestral do Programa  
320 Primeira Infância no SUAS, no que tange aos aspectos técnicos, administrativos e  
321 financeiros, em conformidade com a Resolução CNAS nº 19/2016. Explicou detalhadamente  
322 a proposta do Plano de Ação de Monitoramento do II Plano Decenal para sanar quaisquer  
323 dúvidas dos conselheiros. Abrindo para manifestações, a Vice-Presidente Aldenora Gomes  
324 González destacou a importância de deixar um planejamento detalhado das ações para que  
325 os novos conselheiros possam construir as suas concepções, parabenizando a Comissão de  
326 Política pelo detalhamento apresentado. A Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima  
327 ressaltou que todo esse trabalho realizado contou com a colaboração da SNAS e que todo o  
328 processo também contou com ampla participação, lembrando a realização de oficina sobre o  
329 II Plano Decenal. A Vice-Presidente Aldenora Gomes González questionou sobre a  
330 possibilidade de apresentar relatório de execução do II Plano Decenal em maio ao invés de  
331 junho, sendo esclarecida pelo Conselheiro Marcos Maia Antunes que não foi possível  
332 mensurar muitas das metas do referido plano, por isso estão sugerindo esse prazo. Porém,  
333 tendo a necessidade, sugeriu incluir como encaminhamento a convocação dos conselheiros  
334 que estarão deixando o CNAS para participar dessa apresentação. O Conselheiro Carlos  
335 Nambu, Representante da Inspeção São João Bosco – ISJB, indagou se a Comissão pensou  
336 na possibilidade de realizar uma reunião com a Comissão de Monitoramento das

337 Deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social para tentar casar as  
338 deliberações das conferências com o II Plano Decenal. A Conselheira Célia Maria de Souza  
339 Melo Lima explicou que o relatório de cada meta deverá contemplar a análise da tabela  
340 padrão preenchida pelos subcolegiados e trazer as considerações e propostas de  
341 encaminhamentos, considerando as deliberações do CNAS das conferências, bem como  
342 previsão orçamentária. Lembrou que existem três metas que, neste momento, não será  
343 possível ter uma avaliação objetivo. O Conselheiro Carlos Nambu entendeu que o relatório  
344 de execução é muito importante para o planejamento do CNAS, inclusive, para apreciação  
345 da proposta orçamentária. A Conselheira Ieda Maria Nobre Castro, Representante do  
346 Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS,  
347 compreendeu que seria necessário que a União tivesse também um plano de implementação  
348 do II Plano Decenal, por ser instrumento estratégico. O Conselheiro Marcos Maia Antunes  
349 explicou que a Resolução nº 07/2016 estabeleceu que o CNAS deve fazer um Plano de  
350 Monitoramento e Avaliação do Plano Decenal. Externadas todas as opiniões e manifestações  
351 pelos conselheiros, foi consensuado como encaminhamentos da plenária: a) Que seja  
352 incluído no Plano de Monitoramento e Avaliação do Plano Decenal o monitoramento das  
353 metas previstas no Plano Plurianual – PPA Federal para avaliar os seus impactos na  
354 implementação do II Plano Decenal como instrumento de avaliação; b) Realização de  
355 Reunião Conjunta da Comissão de Política e Comissão de Financiamento e Orçamento para  
356 discutir o PPA em relação ao II Plano Decenal; c) Realização de reunião Conjunta da  
357 Comissão de Política, Comissão de Monitoramento para discutir as deliberações do II Plano  
358 Decenal; d) Realização de outras reuniões conjuntas quando necessário. Realizado o  
359 intervalo e retomada a reunião no período da tarde, a Vice-Presidente Aldenora Gomes  
360 González cumprimentou a todos e seguiu à apresentação sobre Programa Auxílio Brasil.  
361 Deu boas-vindas aos convidados presentes, passando a palavra. O Sr. Átila Brandão de  
362 Oliveira Junior, Secretário Nacional de Renda e Cidadania – SENARC, cumprimentou os  
363 presentes e apresentou sobre o Programa Auxílio Brasil, instituído pela Medida Provisória nº  
364 1.061, de 9 de agosto de 2021, finalizado em dezembro de 2021 pela sanção da Lei nº  
365 14.284, de 30 de dezembro de 2021. Destacou que esse programa trata muito da  
366 intersectorialidade entre os Ministérios da Cidadania - MC, da Ciência, Tecnologia e  
367 Inovações – MCTI, da Saúde – MS e da Educação – MEC. Elencou os temas pertinentes a

368 cada ministério contemplados pelo programa e os pilares na implantação do Auxílio Brasil,  
369 sendo: segurança na transição entre os programas, maior cobertura e valores reajustados e  
370 regra de emancipação e retorno garantido. Expôs a cesta de benefícios e condicionalidades  
371 iniciais do programa e, em seguida, a sua nova cesta de benefícios e as linhas reajustadas.  
372 Explanou detalhadamente da cesta de benefícios, salientando que a família pode receber,  
373 cumulativamente, os três benefícios da cesta raiz, além do pagamento do Benefício  
374 Compensatório de Transição, se for o caso. Explicou sobre o pagamento e saque dos  
375 benefícios, ponderando que a família poderá sacar os benefícios do Auxílio Brasil com o  
376 Cartão Bolsa Família até a emissão de um novo cartão. Observou que a validade da parceira  
377 dos benefícios do Programa Auxílio Brasil é de 120 dias e os benefícios não sacados da  
378 conta contábil nesse prazo serão restituídos ao programa. Arrazoou sobre o  
379 acompanhamento das condicionalidades, elencando-as. Prosseguindo, apresentou a folha de  
380 novas concessões realizadas em janeiro de 2022, destacando que foi a maior concessão já  
381 realizada na história das políticas de transferência de renda do governo federal, zerando a  
382 fila de habilitados. Apresentou os dados referentes ao Benefício Extraordinário, ao Auxílio  
383 Gás e à Bolsa de Iniciação Científica Júnior, explanando que as demais informações poderão  
384 ser consultadas por meio da página do Auxílio Brasil no Portal da Cidadania e do acesso a  
385 “Perguntas Frequentes”. Agradeceu pela oportunidade e justificou que terá que se ausentar  
386 da reunião devido a outros compromissos institucionais, deixando a Sra. Mariana Carvalho  
387 de Lorenzo responsável pelo esclarecimentos de dúvidas. Dando sequência, a Sra. Maria  
388 Yvelonia dos Santos Barbosa, Secretária Nacional de Assistência Social – SNAS,  
389 cumprimentou a todos e realizou a sua autodescrição. Informou que a SNAS está presente  
390 como o intuito de apoiar e demonstrar ao CNAS que o Programa Auxílio Brasil se trata de  
391 uma ação conjunta, colocando-se a disposição para sanar ou complementar as dúvidas.  
392 Abrindo para manifestações, o Conselheiro Clóvis Alberto Pereira observou que o número  
393 de pessoas em situação de rua, na cidade de São Paulo/SP, aumentou 31%, entre 2019 e  
394 2021, questionando o que essas inovações acrescentam para esse público e demais  
395 populações em situação de vulnerabilidade. A Conselheira Irene Rodrigues da Silva  
396 explanou que lhe chamou atenção a comparação realizada do Programa Bolsa Família – PBF  
397 em janeiro de 2021 com o Programa Auxílio Brasil em janeiro de 2022, indagando se foi  
398 considerado o Auxílio Emergencial. A Sra. Mariana Carvalho de Lorenzo, Apoio da

399 Diretora do Departamento de Operação – SENARC, compreendeu que é necessário ter uma  
400 visão clara de que o principal impacto do Auxílio Brasil está relacionado aos valores  
401 maiores do que o existente no PBF, além de auxiliar o trabalho referente ao tema da  
402 população em situação de rua e zerar a fila das famílias que estavam aguardando o benefício.  
403 Postulou que é necessário trabalhar, com a SNAS e com a Secretaria Nacional do Cadastro  
404 Único – SECAD, as possibilidades de acolhimento das famílias em situação de rua para que  
405 consigam, de fato, ter acesso ao Cadastro Único e a partir desse acesso torná-las beneficiárias  
406 do Programa Auxílio Brasil. A Sra. Maria Yvelonia dos Santos Barbosa complementou  
407 salientando que se trata de uma ação de atuação coletiva, exemplificando com a parceria  
408 realizada pela SNAS com o Ministério da Saúde para lidar com as questões de saúde para  
409 população em situação de rua e com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos  
410 Humanos – MMFDH em relação ao Programa Moradia Primeiro. Com relação ao  
411 questionamento da Conselheira Irene Rodrigues da Silva, a Sra. Mariana Carvalho de  
412 Lorenzo esclareceu que foram comparados os valores dos beneficiários inseridos no PBF e  
413 no Programa Auxílio Brasil. A Sra. Maria Yvelonia dos Santos Barbosa salientou a  
414 necessidade de diferenciar a atenção dos públicos, separando o público do Programa de  
415 Transferência de Renda do público do Auxílio Emergencial. Afirmou que o Cadastro Único  
416 é um ganho para todos os brasileiros e para a Política de Assistência Social. A Conselheira  
417 Magali Pereira Costato Basile explanou sobre a preocupação existente em relação às pessoas  
418 em situação de rua, externando a sua satisfação com a parceria realizada. Informou que  
419 alguns municípios da região norte e nordeste estão com muita dificuldade em acessar o  
420 Aplicativo Caixa TEM e colocou a sua preocupação com relação à diminuição do valor do  
421 benefício em 2023, solicitando esclarecimento sobre esse tema. O Conselheiro Carlos  
422 Nambu indagou se os valores destinados para as despesas discricionárias do SUAS podem  
423 ser direcionados ao Programa Auxílio Brasil para assegurar o valor do benefício.  
424 Prontamente, a Sra. Mariana Carvalho de Lorenzo respondeu que ter uma data de finalização  
425 do Benefício Extraordinário, não significa que não será continuado, ponderando que é  
426 necessário aguardar o tempo correto de tramitação do processo orçamentário de 2023 para  
427 colocar essa questão. Explicou que o programa de transferência de renda não é uma despesa  
428 discricionária e não comunica com despesas discricionárias de outras fontes. O Conselheiro  
429 Carlos Nambu destacou a necessidade pensar no futuro considerando a EC nº 95/2016, uma

430 vez que serão os usuários que sofrerão. A Conselheira Maria Aparecida do Amaral de Faria,  
431 Representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT, arrazoou que a pandemia de  
432 Covid-19 expôs uma situação já vivida, a qual foi intensificada e será agravada ainda mais.  
433 Contextualizou a discussão realizada pela Comissão de Política sobre a necessidade de busca  
434 ativa de dados sobre as políticas, para que possam auxiliar estados e municípios em suas  
435 ações. A Conselheira Irene Rodrigues da Silva deixou claro que esse item de pauta veio  
436 como uma exposição para o CNAS, afirmando que foi negado ao Conselho o debate anterior  
437 a sua implantação. A Sra. Mariana Carvalho de Lorenzo postulou que o Ministério da  
438 Cidadania persistirá na posição de busca do fortalecimento de todas as suas ações e projetos,  
439 colocando-se à disposição para que haja um diálogo mais próximo do Conselho Nacional. A  
440 Sra. Maria Yvelonia dos Santos Barbosa agradeceu a possibilidade de participação e  
441 ressaltou que o papel do CNAS é defender a política pública. Registrou a importância do  
442 CNAS, junto com o Ministério da Cidadania, CONGEMAS e FONSEAS, realizar o esforço  
443 coletivo pela aprovação da PEC nº 383/2017 e destacou os desafios existentes para todas as  
444 políticas públicas, especialmente, para a Política de Assistência Social, os quais  
445 demonstraram a sua importância. A Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima entendeu  
446 que seria indispensável retirar alguns encaminhamentos da explanação da Conselheira Maria  
447 Aparecida do Amaral de Faria, sugerindo que o CNAS iniciasse um processo de articulação  
448 com o Congresso Nacional, tendo em vista a necessidade de assegurar o financiamento da  
449 Política Pública de Assistência Social, sobretudo, a PEC 393/2017. Além disso, sugeriu que  
450 os dados da população que acessou o Cadastro Único fossem comparados com as ofertas da  
451 assistência a partir dos relatórios informacionais. Não havendo manifestações contrárias, as  
452 sugestões apresentadas foram acatadas pela unanimidade dos conselheiros presentes.  
453 Prosseguindo ao relato da reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos,  
454 realizada no dia 8 de fevereiro de 2022, a Conselheira Irene Rodrigues da Silva, elencou os  
455 conselheiros, convidados e membros da Secretaria Executiva do CNAS presentes. Relatou  
456 que foram apreciados os seguintes itens de pauta, em ordem de debate: Item 2. Continuidade  
457 da agenda de monitoramento do art. 30 da LOAS: Apresentação da proposta de adequação  
458 do Painel de Monitoramento dos Conselhos. Encaminhamentos: a) Solicitar à SNAS  
459 providências quanto à disponibilização do Painel do CPF, para a reunião trimestral do mês  
460 de março/2022; b) Que a Secretaria Executiva do CNAS, promova o lançamento do Painel



461 do CPF na Reunião Trimestral/março/2022. Item 3. Apresentação do relatório de  
462 monitoramento do artigo 30 da LOAS, identificando-se a quantidade por UF e as  
463 informações qualitativas quantos aos entes afetados. Encaminhamento para a Presidência  
464 Ampliada: a) Solicitar a Presidência Ampliada, a inclusão do ponto de pauta, na 304ª  
465 Reunião Ordinária: A apresentação do relatório de monitoramento do artigo 30 da LOAS,  
466 identificando-se a quantidade por UF e as informações qualitativas quantos aos entes  
467 afetados. Item 4. Apresentação das experiências das práticas exitosas dos CEAS convidados  
468 para a reunião, com vistas ao assessoramento e acompanhamento dos conselhos. Item 1.  
469 Discussão do Tema/Programação da Reunião Trimestral a ser realizada no dia 07 de  
470 março/2022 (Assunto principal): Minuta de programação para a Reunião Trimestral do  
471 CNAS (data: 07 de março de 2022 (virtual), horário: 09h30 às 17h30, Local: Ambiente  
472 Virtual CNAS): 9h30 – Abertura (Presidente e Vice-presidente - presença dos  
473 coordenadores). Convidados: MC/SNAS, CEAS e CAS/DF; 10h30 - Tema 1: Lançamento  
474 do Painel do CPF. Apresentação: SNAS/DGSUAS e SAGI. Coordenação: CAC; 11h30 –  
475 Almoço; 14h00 - Tema 2 – Avaliação das Conferências Estaduais. Coordenação: CAC;  
476 15h00 as 17h00 – Debate com exposição dos CEAS e CAS/DF; 17h00 as 17h30 –  
477 Encaminhamentos e Encerramento. Item 5. Definição da Pauta do mês de março/2022, do  
478 assunto principal e dos convidados, se houver: 5.1. Apresentação do Departamento de  
479 Regulação da SNAS, sobre a Lei de Criação do SUAS, visando subsidiar os CMAS/CEAS  
480 na atualização da Lei conforme normativas vigentes. Convidado: Departamento de  
481 Regulação da SNAS. Abrindo para destaques, a Vice-Presidente Aldenora Gomes González  
482 informou que o encaminhamento destinado a Presidência Ampliada já foi incluído em seu  
483 relato que será realizado no segundo de reunião, no período da manhã. Feitos todos os  
484 esclarecimentos necessários, o relato da reunião da Comissão de Acompanhamento aos  
485 Conselhos foi considerado aprovado pela unanimidade dos conselheiros presentes. Havendo  
486 tempo hábil, a Vice-Presidente Aldenora Gomes González sugeriu realizar o relato da  
487 reunião da Comissão Eleitoral da Sociedade Civil no Conselho Nacional de Assistência  
488 Social - CNAS gestão 2022 a 2024, realizada no dia 7 de fevereiro de 2022, o que foi  
489 acatado. Dando sequência, elencou os conselheiros e membros da Secretaria Executiva do  
490 CNAS presentes e postulou que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item 1.  
491 Informes. Item 2. Escolha dos conselheiros para ocupar os cargos de presidente e vice-

492 presidente da Comissão. A Comissão indicou e aprovou os nomes da Conselheira Vice-  
493 Presidente Aldenora Gomes González para Presidente da Comissão e da Conselheira Irene  
494 Rodrigues da Silva para Vice-Presidente da Comissão Eleitoral. Item 3. Escolha dos  
495 membros das Equipes de Habilitação e Recurso: 3.1. A Equipe de Habilitação ficou  
496 composta pelos Conselheiros Aguinaldo Umberto Leal, Irene Rodrigues da Silva e Silvia  
497 Regina dos Santos; 3.2. A Equipe de Recurso ficou composta pelas Conselheiras Aldenora  
498 Gomes González, Isolete Magali G. Bacca e Vânia Maria Machado. Item 4. Escolha dos  
499 coordenadores das Equipes de Habilitação e Recurso: A Comissão indicou e aprovou os  
500 nomes do Conselheiro Aguinaldo Umberto Leal para Coordenador da Equipe de Habilitação  
501 e a Conselheira Vânia Maria Machado para Coordenadora da Equipe de Recurso. Item 5.  
502 Apresentação dos instrumentais: 5. 1. Apresentação do Programa contendo o banco de dados  
503 dos processos de requerimento de habilitação ao Processo Eleitoral da Sociedade Civil  
504 Gestão 2022/2024; 5.2. Apresentação da Verificação Técnica *Check-list* realizada pela  
505 Secretaria Executiva do CNAS bem como o modelo de Decisão das Equipes de Habilitação  
506 e de Recurso; 5.3. Explicação passo a passo da análise dos documentos pelo Sistema  
507 Eletrônico de Informações – SEI, bem como procedimento de assinatura eletrônica dos  
508 Pareceres. Item 6. Calendário e pauta das próximas reuniões: 6.1. Calendário: 18 de  
509 fevereiro de 2022, 09h às 18h - Reunião Virtual; 03 e 04 de março de 2022, 09h às 18h –  
510 Reunião Presencial; 6.2. Pauta: Análise dos processos pela Equipe de Habilitação com a  
511 participação de todos os membros da Comissão Eleitoral. Encaminhamento: a) A Comissão  
512 decidiu encaminhar à Presidência Ampliada a decisão de que em todas as reuniões das  
513 Equipes sejam convocados todos os membros da Comissão a fim de que todos os passos e  
514 análises sejam acompanhados por todos. Equipe de Habilitação: Análise dos Processos  
515 recebidos até 07 de fevereiro de 2022; e Emissão de parecer pela habilitação ou não  
516 habilitação. Esclareceu que ainda não podem realizar reuniões da Comissão Eleitoral,  
517 ponderando que as reuniões agendas são para as Equipes de Habilitação e Recurso e  
518 solicitando que fosse realizada essa indicação no relato. Solicitou também que o  
519 encaminhamento indicado de que sejam convocados todos os membros da Comissão para as  
520 reuniões das Equipes fosse excluído, tendo em vista a explicação já realizada. A Sra. Maria  
521 das Mercês Avelino Carvalho realizou os esclarecimentos complementares sobre a situação  
522 e solicitou que constasse na memória o acompanhamento realizado pelo Ministério Público

523 em todo processo. Solicitou também que o CNAS e os conselheiros da Sociedade Civil  
524 realizassem uma ampla divulgação nacional do processo eleitoral e do prazo final para envio  
525 das documentações. Houve consenso de que, devido ao texto da própria Resolução do  
526 Processo Eleitoral, as reuniões serão realizadas com a presença apenas dos membros de cada  
527 uma das Equipes de acordo com o calendário. **ENCERRAMENTO 09/02/2022:**  
528 Finalizados os itens do dia, a Vice-Presidente Aldenora Gomes González agradeceu a  
529 presença de todos, encerrando o primeiro dia da 303ª Reunião Ordinária do CNAS.  
530 **ABERTURA 10/02/2022:** A Vice-Presidente Aldenora Gomes González iniciou o segundo  
531 dia da 303ª Reunião Ordinária do CNAS cumprimentando a todos e realizou a leitura da  
532 pauta do dia. Em seguida, solicitou que a Secretária-Executiva do CNAS realizasse a  
533 verificação do quórum. Verificado o quórum, aprovou-se uma inversão de pauta, passando  
534 ao relato da reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social,  
535 realizada no dia 8 de fevereiro de 2022. O Conselheiro Carlos Nambu elencou os  
536 conselheiros, convidados, demais conselheiros e membros da Secretaria Executiva do CNAS  
537 presentes e salientou que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item 1. Apresentação  
538 do Relatório Final da Execução Orçamentária e Financeira do FNAS – exercício 2021.  
539 Encaminhamentos: a) Aprovar o Relatório Final da Execução Orçamentária e Financeira do  
540 FNAS – Exercício 2021 (quórum qualificado); b) Convidar o DEFNAS para estar presente  
541 na Plenária do CNAS no dia 10/02, durante o relato da Comissão de Financiamento e  
542 Orçamento. Item 2. Status LOA 2022. Encaminhamentos: a) Convidar a SNAS para  
543 apresentação da LOA 2022 no relato da Comissão de Financiamento e Orçamento no dia  
544 10/02 pela manhã; b) Que a Secretaria Executiva faça a tabela de comparativo da Resolução  
545 CNAS nº 38, de 20 de julho de 2021, com a LOA 2022; c) Confeccionar uma nota de  
546 manifestação do CNAS sobre a LOA 2022, que será elaborada e enviada para os membros  
547 da Comissão para possíveis contribuições e encaminhada para aprovação do plenário.  
548 Posteriormente serão atualizados pela SNAS os dados do impacto referente à redução  
549 orçamentária, com ampla divulgação após aprovação do plenário e a referida atualização; d)  
550 Proposta de reunião do CNAS (Presidente e Vice-Presidente), CONGEMAS e FONSEAS  
551 com o Ministro da Cidadania para tratar da LOA 2022 (Presidência Ampliada); e) Proposta  
552 de reunião do CNAS (Presidente e Vice-Presidente), CONGEMAS e FONSEAS com o  
553 Deputado Hugo Leal (PSD-RJ), Relator-Geral do Orçamento da LOA 2022; f) Que se torne

554 imprescindível à verificação no plenário em relação ao apoio e à articulação a PEC  
555 383/2017. Item 3. Acompanhamento referente à proposta de vinculação do orçamento da  
556 Assistência Social do CNAS. Encaminhamento: Retirado de pauta, tendo em vista o  
557 encaminhamento do Item 2. Item 4. Debate sobre “Realização de um estudo técnico sobre o  
558 cofinanciamento da Assistência Social no atual cenário” conforme deliberação da 294ª  
559 Reunião Ordinária do CNAS. Convidados: SNAS, DEFNAS e CONGEMAS (PUC/PR).  
560 Encaminhamentos: a) Apresentar esse estudo no pleno de março, para verificação de apoio  
561 do CNAS. Convidados: Jucimeri Silveira e Denise Colin – CONGEMAS (PUC/PR); b)  
562 Reunião do CNAS com os atores (SNAS, DEFNAS, CONGEMAS, FONSEAS,  
563 FONACEAS, Frente Municipal de Prefeitos, Frente Parlamentar em Defesa dos SUAS) para  
564 discussão e possíveis propostas para o financiamento e cofinanciamento no SUAS. Sugestão  
565 de data: aguardando a definição da plenária. Item 5. Ofício nº 44/2021 do Conselho  
566 Municipal de Assistência Social de Franca/SP, recebido no dia 05 de agosto de 2021, pelo  
567 qual encaminha dois Manifestos - Instrumentos de Luta Coletiva e vem solicitar o apoio,  
568 adesão e convidar o CNAS a compor a luta em defesa do SUAS. Encaminhamento:  
569 Aguardando o posicionamento da Comissão de Política. Pautar em março/2022. Item 6.  
570 Apreciação da Minuta de Nota do CNAS em relação à redução orçamentária da LOA 2022.  
571 Encaminhamento: Aprovar a minuta de Manifestação do CNAS em relação à redução  
572 orçamentária da LOA 2022. Item 7. Definição da pauta de março/2022, do assunto principal  
573 e dos convidados, se houver: 7.1. Apreciação do Relatório Final da Ação 8249 –  
574 Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social, exercício 2021. Convidados:  
575 Secretaria Executiva do CNAS; 7.2. Status da LOA 2022. Convidados: SPOG e SNAS  
576 (assunto principal); 7.3. Ofício nº 44/2021 do Conselho Municipal de Assistência Social de  
577 Franca/SP, recebido no dia 05 de agosto de 2021, pelo qual encaminha dois Manifestos -  
578 Instrumentos de Luta Coletiva e vem solicitar o apoio, adesão e convidar o CNAS a compor  
579 a luta em defesa do SUAS; 7.4. Construção de proposta de capacitação sobre financiamento  
580 e orçamento da Assistência Social (fase 2). Convidado: DEFNAS. Solicitou que fosse  
581 incluído, como encaminhamento do Item 1, o envio da apresentação aos conselheiros.  
582 Abrindo para manifestações, a Conselheira Irene Rodrigues da Silva observou que o CNAS  
583 aprovará a prestação de contas de um orçamento já executado, porém, destacou que essa  
584 aprovação não significa a aprovação do CNAS do orçamento, reiterando que ele é ínfimo e

585 não garante os direitos das pessoas que precisam da assistência social. A Conselheira Magali  
586 Pereira Costato Basile externou a sua preocupação, concordando com a explanação anterior.  
587 Compreendeu que cabe ao CNAS registrar que o orçamento não está permitindo que a  
588 assistência social faça frente às demandas existentes. Reiterada as falas anteriores pela  
589 Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria, o Conselheiro Carlos Nambu  
590 informou que, na análise da nota explicativa, foi verificada a execução orçamentária e  
591 financeira existente, sendo que não realizaram nenhuma menção de que seria suficiente. O  
592 Conselheiro Marcos Maia Antunes afirmou que foi contemplado pela explanação do  
593 Conselheiro Carlos Nambu, lembrando que a discussão realizada sobre as PECs que  
594 vinculam e constitucionalizam os recursos para a assistência social traz mais perspectivas de  
595 uma segurança do orçamento. A Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima concordou  
596 que esse assunto é muito preocupante e observou que os esforços envidados não estão sendo  
597 suficientes. Concordou também que devem aprovar o Relatório Final da Execução  
598 Orçamentária e Financeira do FNAS – exercício 2021, porém, sugeriu incluir algumas  
599 observações na proposta de resolução de acordo com as questões colocadas durante essa  
600 discussão. Externadas todas as manifestações, o Conselheiro Carlos Nambu realizou a  
601 leitura da minuta de Resolução, que dispõe sobre a aprovação do Relatório Final de  
602 Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS,  
603 exercício de 2021. Sendo incluído o seguinte Parágrafo Único: *“Este Conselho faz ressalva*  
604 *de que os valores do orçamento em 2021 foram aquém dos definidos pela Resolução CNAS*  
605 *nº 12, de 27 de julho de 2020, não atendendo as demandas dos serviços da Rede*  
606 *Socioassistencial.”*, a Vice-Presidente Aldenora Gomes González colocou a referida minuta  
607 de resolução em processo de votação, sendo aprovada por unanimidade com 16 votos  
608 favoráveis. A Sra. Maria das Mercês Avelino de Carvalho comentou sobre a importância de  
609 o CNAS registrar que o orçamento não atende o que está previsto nas ações da Política de  
610 Assistência Social. Com relação ao Item 2, o Conselheiro Carlos Nambu realizou a leitura da  
611 proposta de Manifestação do CNAS sobre a LOA 2022 e apresentou a proposta realizada  
612 pela Resolução CNAS nº 38/2021 e a LOA definida para 2022, destacando as diferenças em  
613 percentuais e em valores. Realizadas as alterações consensuadas pelos conselheiros na  
614 proposta de manifestação, a Vice-Presidente Aldenora Gomes González colocou-a em  
615 processo de votação, a qual foi aprovada pela unanimidade dos conselheiros presentes.

616 Referente ao Item 4, a Conselheira Irene Rodrigues da Silva solicitou esclarecimentos se as  
617 convidadas apresentaram a porcentagem de investimentos dos estados e municípios na  
618 assistência social. O Conselheiro Carlos Nambu esclareceu que não teve uma amostragem  
619 ideal para realização de um levantamento de percentual, entendendo que pode ser realizado  
620 um maior aprofundamento com o apoio do CNAS, CONGEMAS e FONSEAS. Lembrou  
621 que ainda está em discussão uma possível proposta de pesquisa para o financiamento e  
622 cofinanciamento no SUAS. O Conselheiro Marcos Maia Antunes reforçou que foi proposto  
623 um estudo ainda incipiente não representativo e destacou que o Portal do SUAS e o  
624 COGEMAS não procuraram a Vigilância que poderia ter os auxiliado na pesquisa. O Sr.  
625 Adailton Leite de Souza, Assessor do Gabinete da SNAS, complementou discorrendo que se  
626 trata de uma agenda de estudos possíveis de ser feita e a Conselheira Magali Pereira Costato  
627 Basile afirmou que as explanações do Sr. Adailton e do Conselho Marcos estão corretas,  
628 uma vez que o CONGEMAS entendeu necessário contratar uma consultoria. Não havendo  
629 mais manifestações, o relato da reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da  
630 Assistência Social foi considerado aprovado pela unanimidade dos conselheiros. Feito o  
631 intervalo para o almoço e retomada a reunião, a Vice-Presidente Aldenora Gomes González  
632 cumprimentou a todos e prosseguiu ao relato da reunião extraordinária da Presidência  
633 Descentralizada e Ampliada CNAS, realizada no dia 14 de janeiro de 2022, indicando os  
634 conselheiros e membros da Secretaria Executiva do CNAS presentes. Postulou que foram  
635 debatidos os seguintes itens de pauta: Item 1. Pauta da 303ª Reunião Ordinária do CNAS –  
636 Fevereiro/2022. Encaminhamento PA: Reunião Extraordinária do CNAS (de forma  
637 presencial) – Pauta: Resolução CNAS nº 237/2006 e da Resolução CNAS nº 12/2013 (sobre  
638 Situações de Calamidade Públicas e de Emergências). Comissões: dias 22 e 23 de fevereiro.  
639 Plenária: dia 24 de fevereiro. Item 2. A Procuradoria da República do Distrito Federal  
640 juntamente com TCU respondeu a solicitação de reunião do CNAS para tratar sobre o Item  
641 9.6 do Acordão TCU nº 2809/2009 com a sugestão de data para o dia 19 ou 20, em formato  
642 online (a confirmar). Encaminhamento da PA: Solicitar que seja no dia 22 de fevereiro no  
643 período da tarde de forma presencial. Item 3. A Secretaria Nacional de Assistência Social,  
644 do Ministério da Cidadania, está organizando um ciclo de apresentações dos resultados dos  
645 seis estudos que integram a Avaliação do Plano Nacional de Convivência Familiar e  
646 Comunitária, com apoio da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança (Ministério da

647 Mulher, da Família e dos Direitos Humanos) e demais parceiros do projeto.  
648 Encaminhamento da PA: Indicados - Governo: Daniel Iório de Lima, Cássia, Ieda Castro,  
649 Célia Melo. Sociedade Civil: Marta Volpi. Item 4. Aprovação de Resolução de Composição  
650 dos Subcolegiados do CNAS e dos coordenadores. Encaminhamento da PA: Publicar a  
651 Resolução de composição alterando apenas o nome do Conselheiro Marco Cruzeiro. Não  
652 havendo manifestações, o relato da reunião extraordinária da Presidência Descentralizada e  
653 Ampliada CNAS foi considerado aprovado pela unanimidade dos conselheiros presentes.  
654 Em seguida, realizou o relato da reunião da Presidência Descentralizada e Ampliada CNAS,  
655 realizada no dia 8 de fevereiro de 2022, indicando os conselheiros, convidados e membros  
656 da Secretaria Executiva do CNAS presentes e postulou que foram debatidos os seguintes  
657 itens de pauta: Item 1. Deliberações e Moções das Conferências de Assistência Social  
658 (CEAS E CMAS): 1.1. Ofício CEAS/RJ nº 67/2021, recebido no dia 19 de novembro de  
659 2021, pelo qual encaminha as moções aprovadas na 13ª Conferência Estadual de Assistência  
660 Social do Rio de Janeiro; 1.2. Ofício CMAS nº 64/2021, recebido no dia 29 de novembro de  
661 2021, pelo qual encaminha resoluções e as moções da XII Conferência Municipal de  
662 Assistência Social de Americana/SP. Encaminhamento da PA: Responder aos Conselhos  
663 que o CNAS acolhe as moções e deliberações recebidas. Item 2. Ofício nº 092/2021-  
664 CEASPR, recebido no dia 30 de novembro de 2021, que encaminha manifestação de repúdio  
665 à alteração da data da XII Conferência Nacional de Assistência Social. Encaminhamento da  
666 PA: Acusar o recebimento. Item 3. 12º Conferência Nacional de Assistência Social: 3.1.  
667 Avaliação da Conferência Nacional. Encaminhamento da PA: A Presidência Ampliada  
668 sugere que a avaliação da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social seja realizada no  
669 dia 10 de março das 16h às 18h, na reunião ordinária do CNAS. 3.2. Proposta da Relatoria  
670 de sumário para os Anais/Relatório da Conferência Nacional. Encaminhamento da PA: Que  
671 a SE/CNAS oficialize a empresa responsável pela operacionalização da Conferência  
672 Nacional, com prazo de resposta, solicitando os consolidados das votações nas mesas,  
673 registros nos chats pelos delegados e outros participantes. Solicite também à empresa RDK a  
674 de gravação das falas nas mesas de trabalho. 3.3. Acolhimento das deliberações e das  
675 Moções da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social. Encaminhamentos da PA: a)  
676 Publicizar as deliberações por meio de Resolução; b) Encaminhar as deliberações para a  
677 Comissão de Monitoramento das Deliberações da Conferências de Assistência Social; c) A

678 Secretaria Executiva providenciará o encaminhamento das moções para os órgãos/instâncias  
679 competentes. As moções que são de competência do CNAS, a SE encaminhará para as  
680 Comissões correspondentes ao tema; d) A SE apresentará relatório com levantamento de  
681 todas as moções encaminhadas e apresentará aos Conselheiros na plenária do CNAS. 3.4. E-  
682 mail recebido no dia 18 de dezembro de 2021 do Sr. João Malheiros - Delegado da  
683 Sociedade Civil, Representante do CERAPE (Centro de Reabilitação do Preso e Egresso) na  
684 12ª Conferência Nacional de Assistência Social. Encaminhamentos da PA: a) Responder ao  
685 delegado que o CNAS não pode se responsabilizar pela fala de convidados, informando que  
686 e-mail será enviado para ciência do Sr. Rogério Barba; b) Enviar cópia do e-mail para o Sr.  
687 Rogério Barba. Item 4. Prazo de entrega anual do Plano de Ação e do Relatório de  
688 Atividades das Entidades nos conselhos em relação à Resolução CNAS/MC nº 32/2021. 4.1  
689 E-mail recebido do Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS  
690 (DRSP/SNAS) sobre o prazo das resoluções CNAS nº18/2020 e nº 32/2021, que dizem  
691 respeito à entrega anual do Plano de Ação e do Relatório de Atividades para manutenção de  
692 inscrição das OSCs nos conselhos; 4.2 *E-mail* recebido no dia 4 de janeiro de 2022 do  
693 CMAS de Piracicaba onde solicita informações sobre a data para entrega anual do Plano de  
694 Ação e do Relatório de Atividades para manutenção de inscrição das OSCs nos conselhos.  
695 Encaminhamentos da PA: a) Incluir o assunto na pauta da reunião conjunta da Comissão de  
696 Acompanhamento aos Conselhos e Comissão de Normas que será realizada no dia 22 de  
697 fevereiro; b) Responder ao CMAS de Piracicaba que o assunto será discutido no dia 22 de  
698 fevereiro. Item 5. Ofício nº 161/2022/SEDS/SNAS/GAB/CAAD/MC, com solicitação de  
699 apoio para mobilização quanto à inclusão dos beneficiários do Benefício de Prestação  
700 Continuada (BPC) no Cadastro Único, recebido no dia 21 de janeiro de 2022.  
701 Encaminhamento da PA: Encaminhar o Ofício nº 161/2022 da SNAS para os Conselhos  
702 Estaduais solicitando que seja divulgado para os CMAS. Enviar para o CAS/DF. Item 6.  
703 Construção de Abaixo Assinado do CNAS em defesa da PEC 383/2017. Encaminhamento  
704 da PA: Os/as conselheiros/as Carlos Nambu, Ieda Castro, André Veras e Célia Melo farão  
705 revisão do documento, observando o texto da PEC. Item 7. Informes: 7.1. E-mail da  
706 Associação dos Trabalhadores da Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São  
707 Paulo (SEDS), recebido no dia 14 de janeiro de 2022: Encaminhamento da PA: Encaminhar  
708 a todos os conselheiros para ciência. 7.2. Ofício nº 002/2022 da Organização Nacional de



709 Cegos do Brasil – ONCB, recebido no dia 25 de janeiro de 2022. Encaminhamento da PA:  
710 Encaminhar demanda ao setor responsável pela emissão de passagens no MC. Item 8.  
711 Convite do Instituto dos Cegos da Paraíba para o CNAS participar da inauguração do novo  
712 posto Agora Brasil Região Nordeste nos dias 14 e 15 de março na cidade de João Pessoa/PB.  
713 Encaminhamento da PA: A Presidência Ampliada sugere que o Conselheiro Beto Pereira  
714 represente o CNAS no evento. Item 9. Informes e encaminhamentos das reuniões das  
715 Comissões para deliberação da Presidência Ampliada: 9.1. Comissão de Política da  
716 Assistência Social. Encaminhamento da PA: A Reunião Conjunta de Política e Normas será  
717 solicitada para a pauta de Abril. 9.2. Comissão de Acompanhamento aos Conselhos.  
718 Encaminhamentos para a Presidência Ampliada da CAC: 1. Discussão do  
719 Tema/Programação da Reunião Trimestral a ser realizada dia 07 de março/2022. Minuta de  
720 Programação para a Reunião Trimestral do CNAS – Março 22: Data: 07 de março de 2022  
721 (virtual). Horário: 09h30 às 17h30. Local: Ambiente Virtual CNAS. 9h30 – Abertura  
722 (Presidente e Vice-Presidente - presença dos coordenadores (PA)). Convidados: MC/SNAS,  
723 CEAS e CAS/DF; 10h30 - Tema 1: Lançamento do Painel do CPF. Apresentação:  
724 SNAS/DGSUAS e SAGI. Coordenação: CAC; 11h30 – Almoço; 14h00 - Tema 2 –  
725 Avaliação das Conferências Estaduais. Coordenação: CAC; 15h00 as 17h00 – Debate com  
726 exposição dos CEAS e CAS/DF; 17h00 as 17h30 – Encaminhamentos e Encerramento; 2.  
727 Apresentação do relatório de monitoramento do artigo 30 da LOAS, identificando-se a  
728 quantidade por UF e as informações qualitativas quantos aos entes afetados. Convidado:  
729 DGSUAS/SNAS. Encaminhamento para a Presidência Ampliada: Solicitar a Presidência  
730 Ampliada, a inclusão do ponto de pauta, na 304ª Reunião: A apresentação do relatório de  
731 monitoramento do artigo 30 da LOAS, identificando-se a quantidade por UF e as  
732 informações qualitativas quantos aos entes afetados. Encaminhamento da PA: A Presidência  
733 Ampliada sugere a inclusão no dia 10 de março às 14h; 9.3 Comissão Eleitoral – Assuntos  
734 para consideração da Presidência Ampliada: 1. Calendário e Pauta das próximas Reuniões  
735 da Equipe de Habilitação: 18 de fevereiro de 2022 – 09h00 às 18h00 - Reunião Virtual; 03 e  
736 04 de março de 2022 – 09h00 às 18h00 – Reunião Presencial. 2. Pauta: Análise dos  
737 processos pela Equipe de Habilitação com a participação de todos os membros da Comissão  
738 Eleitoral. Encaminhamento da PA: De acordo; 9.4 Coordenação de Financiamento e  
739 Orçamento da Assistência Social. Itens de Financiamento para a Presidência Ampliada: 1.

740 Proposta de reunião do CNAS (presidente e vice-presidente), CONGEMAS e FONSEAS  
741 com o Ministro da Cidadania para tratar da LOA 2022; 2. Proposta de reunião do CNAS  
742 (presidente e vice-presidente), CONGEMAS e FONSEAS com o Deputado Hugo Leal  
743 (PSD-RJ) Relator-Geral do Orçamento da LOA 2022. Encaminhamentos da PA: a) Solicitar  
744 reunião com o Ministro da Cidadania entre os dias 23 e 24 de fevereiro, caso positivo  
745 convidar um representante do CONGEMAS e um representante do FONSEAS; b) Agendar  
746 reunião com o Deputado Hugo Leal para o mês de março, durante a 304ª Reunião Ordinária;  
747 c) Incluir na pauta da reunião ordinária de março a Apresentação do “Portal Assistência  
748 Social nos Municípios - Estudos sobre Financiamento”. Item 10. Pauta da 304ª Reunião do  
749 CNAS – Março/2021: Dia 04/03/2022 – Reunião de Comissão: 9h30 às 18h - Reunião da  
750 Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências de Assistência Social. Dia  
751 07/03/2022 – Reunião Trimestral do CNAS com os CEAS e CAS/DF: 9h30 às 18h -  
752 Reunião Trimestral do CNAS com os CEAS e CAS/DF. Dia 08/03/2022 – Reunião de  
753 Comissões: 9h30 às 18h - Reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos;  
754 Reunião da Comissão de Normas da Assistência Social; Reunião da Comissão de Política da  
755 Assistência Social. Dia 09/03/2022 – Reunião de Comissões: 9h30 às 16h - Reunião da  
756 Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social. 16h às 18h - Reunião da  
757 Presidência Descentralizada e Ampliada do CNAS. Dia 10/03/2022 – 304ª Reunião  
758 Ordinária do CNAS: 9h30 às 10h - Aprovação da ata da 303ª Reunião Ordinária e da pauta  
759 da 304ª Reunião Ordinária do CNAS; 10h às 11h - Informes da Presidência/Secretaria  
760 Executiva, MC, FONSEAS, CONGEMAS, CIT e Conselheiros. Informes da SNAS sobre a  
761 COVID-19; 11h às 12h30 - Apresentação do “Portal Assistência Social nos Municípios -  
762 Estudos sobre Financiamento”; 14h às 15h - Apresentação do relatório de monitoramento do  
763 artigo 30 da LOAS. Convidado: DGSUAS/SNAS; 15h às 16h - Relato da reunião da  
764 Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências de Assistência Social; 16h  
765 às 18h - Avaliação da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social. Dia 11/03/2022 –  
766 304ª Reunião Ordinária do CNAS: 9h30 às 10h30 - Relato da Presidência Descentralizada e  
767 Ampliada do CNAS; 10h30 às 12h - Relato da reunião da Comissão Financiamento e  
768 Orçamento da Assistência Social; 14h às 15h30 - Relato da reunião da Comissão de Normas  
769 da Assistência Social; 15h30 às 16h30 - Relato da reunião da Comissão de Política da  
770 Assistência Social; 16h30 às 17h30 - Relato da reunião da Comissão de Acompanhamento

771 aos Conselhos. Encaminhamento da PA: a) Incluir a Reunião da CABTR na Pauta da 305ª  
772 Reunião Ordinária do CNAS – Abril; b) 31/03/2022 – Reunião da Comissão de  
773 Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda - Reunião da Comissão de  
774 Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda - Continuidade ao debate de  
775 revisão do Protocolo de Gestão Integrada de benefícios, serviços e transferência de renda no  
776 âmbito do SUAS, tendo como perspectiva informações do CADÚNICO. Abrindo para  
777 manifestações, o Conselheiro Clóvis Alberto Pereira sugeriu acrescentar, na proposta de  
778 sumário para o Relatório da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social, o apontamento  
779 de dificuldades de acessibilidade, o que foi acatado. Encaminhamento da Plenária: A  
780 plenária sugere alteração do texto do item 5 (trecho): “*Ausência de acessibilidade e inclusão*  
781 *digital na realidade brasileira (maiores prejudicados foram os usuários)*”. Em seguida, a  
782 Vice-Presidente Aldenora Gomes González realizou a leitura da proposta de Resolução com  
783 a publicação das deliberações da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social. Sugeriu  
784 que fosse incluído o termo “acolher” na ementa e no art. 1º da proposta, o que foi acatado.  
785 Não havendo mais destaques, colocou-a em processo de votação, sendo aprovada por  
786 unanimidade com 13 votos favoráveis. Com relação ao abaixo assinado do CNAS em defesa  
787 da PEC 383/2017, informou que a Presidência Ampliada está sugerindo retomar o assunto  
788 na reunião extraordinária que será realizada no dia 24 de fevereiro, devido a seguinte  
789 complementação do voto do relator: “*Após demandas decidimos alterar o parecer para*  
790 *primeiro ponto, inclui determinação constitucional para que estados e Distrito Federal e*  
791 *municípios também apórtem no mínimo 1% de suas respectivas receitas correntes líquidas*  
792 *em ações, serviços da Assistência Social ao invés de remeter para lei complementar essa*  
793 *definição. Afastar a exigência de deliberação de instâncias participativas na definição de*  
794 *como e quanto será mantido na União para a gestão e execução de ações e serviços da*  
795 *Assistência Social e ampliar esse limite de 1% para 2%.”. O Conselheiro Aginaldo*  
796 *Umberto Leal sugeriu também entrar em contato com a assessoria de Deputado André*  
797 *Figueiredo e relatar sobre a importância de discutir esse posicionamento indicado no voto. A*  
798 *Conselheira Irene Rodrigues da Silva entendeu que é imprescindível que as entidades do*  
799 *CNAS entre em contato com o deputado, mas não o Conselho Nacional, uma vez que não*  
800 *possuem agenda. Externadas todas as opiniões e manifestações, foram definidos os seguintes*  
801 *encaminhamento da plenária: a) Retornar o assunto na Reunião Extraordinária do CNAS no*

802 dia 24 de fevereiro; b) Encaminhar ofício solicitando reunião virtual com o Autor da PEC,  
803 Deputado Danilo Cabral e o Relator da PEC, Deputado André Figueiredo. Convidar os  
804 representantes do CONGEMAS e FONSEAS. Com relação à pauta da 304ª Reunião  
805 Ordinária do CNAS, o Conselheiro Clóvis Alberto Pereira esclareceu que conseguiram  
806 definir a reunião da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda  
807 para a última quinta-feira de março, sendo que o seu relato seria realizado na Reunião  
808 Ordinária do CNAS de abril. Não havendo mais comentários, o relato da reunião da  
809 Presidência Ampliada foi considerado aprovado pela unanimidade dos conselheiros  
810 presentes. **ENCERRAMENTO:** Finalizados os itens de pauta, a Vice-Presidente Aldenora  
811 Gomes González encerrou a 303ª Reunião Ordinária do CNAS com agradecimentos a  
812 participação de todos.

813

814

815

816

817

**Aldenora Gomes González**

818 **Vice-Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS - Presidente em exercício**

819

820

Fevereiro de 2022